



## PROJETO DE LEI

Revoga a Lei nº 49, de 02 de agosto de 1999  
e a Lei nº 17, de 29 de abril de 1991.

A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA,  
ESTADO DO PARANÁ, APRECIOU E  
APROVOU PROJETO DE LEI DE AUTORIA  
DO VEREADOR GUILHERME  
MERCADANTE LIVOTI, E EU, PREFEITO  
MUNICIPAL, OBEDECENDO AO DISPOSTO  
NO INCISO V, ARTIGO 55 DA LEI  
ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE  
APUCARANA, SANCIONO A SEGUINTE LEI

**Art. 1º.** Ficam revogadas:

- I - a Lei nº 49, de 02 de agosto de 1999; e
- II - a Lei nº 17, de 29 de abril de 1991.

**Art. 2º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem por objetivo promover a revogação da Lei Municipal nº 17, de 1991, e da Lei Municipal nº 49, de 1999, ambas editadas em um contexto normativo e administrativo que já não corresponde à realidade atual da gestão pública, especialmente após a entrada em vigor da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabeleceu novo regime geral de licitações e contratos administrativos no País.

A Lei Municipal nº 17/1991 criou, no âmbito do Poder Legislativo, uma comissão composta exclusivamente por vereadores para avaliar bens móveis e imóveis do Município sempre que o Poder Executivo encaminhasse projeto de lei solicitando autorização para venda ou permuta. À época, buscou-se reforçar o controle político sobre a alienação do patrimônio público, por meio de uma instância adicional de avaliação. Ocorre que, com o advento da Lei nº 14.133/2021, a avaliação prévia de bens destinados à alienação passou a ser disciplinada de forma minuciosa, exigindo laudos técnicos elaborados por servidores ou profissionais habilitados, no âmbito da estrutura administrativa do Executivo, como etapa própria do processo de gestão patrimonial e da fase preparatória da licitação. A manutenção de uma comissão política encarregada de “avaliar” bens, paralelamente à avaliação técnica obrigatória, gera sobreposição de funções, risco de confusão entre juízo técnico e juízo político e potencial insegurança jurídica quanto aos parâmetros adotados para a fixação do valor de mercado dos imóveis. O papel da Câmara Municipal, nessa matéria, deve concentrar-se na análise de conveniência e oportunidade da autorização legislativa, na fiscalização dos atos do Executivo e na verificação do atendimento às exigências legais, e não na realização de atividade típica de gestão administrativa, que é eminentemente técnica e afeta ao Poder Executivo.

De forma semelhante, a Lei Municipal nº 49/1999 instituiu uma Comissão Especial de Loteamentos, composta por vereadores e por um técnico do Executivo, atribuindo-lhe a análise de projetos de novos loteamentos, a verificação do cumprimento da legislação urbanística, a fiscalização da execução das obrigações do loteador e até mesmo a possibilidade de embargar loteamentos em andamento. Com o desenvolvimento da legislação urbanística nacional – em especial após o Estatuto da Cidade – e a constante atualização das normas municipais de parcelamento do solo, uso e ocupação do solo, código de obras e plano diretor, a aprovação e fiscalização de loteamentos consolidaram-se como atividades típicas de órgãos técnicos da Administração Municipal, que contam com corpo especializado, rotinas procedimentais próprias e instrumentos de controle interno e externo. Nessa perspectiva, a permanência de uma comissão mista com ingerência direta no processo de aprovação e fiscalização de loteamentos acaba por deslocar para o âmbito do Legislativo atribuições que são próprias da gestão administrativa do Executivo, em potencial afronta ao princípio da separação dos poderes e em descompasso com a moderna organização da política urbana.

Além dos fundamentos jurídicos, a realidade fática demonstra que tais comissões se tornaram estruturas meramente formais, sem atuação efetiva. Consulta ao Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) da Câmara Municipal de Apucarana revela que





PL 168/2025  
AUTORIA: Ver. Guilherme Livoti

**DOCUMENTO ASSINADO POR:**

**01) GUILHERME MERCADANTE LIVOTI:06390339976 EM 10/12/2025 18:06:35**

**<https://cdn-apucarana.legiflow.com.br/uploads/icpsigned-202512101806341765400795-101320.pdf>**

-- FIM --

